



A MATEMÁTICA, MIRA E ATIRA NOS CORPOS E IDENTIDADES MATÁVEIS?

EDUARDO MARIANO DA SILVA

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

eduardomariano92@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2863-5377>

ANGELA MARIA GUIDA

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

angelaguida.ufms@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8948-646X>

Resumo: Este artigo vem refletir sobre os efeitos cruentos do colonialismo e discutir sobre a violência alicerçada pela colonialidade e pela necropolítica. A escola brasileira, conseqüentemente, a Matemática é marcada por pressupostos de um ensino ocidental e cristão, que se revela cotidianamente em práticas pedagógicas e no currículo, com isso, venho questionar se ela (a Matemática) colabora para o apagamento de vidas tidas como matáveis. Tenho concluído a emergência da desnaturalização de concepções patriarcais, sexistas, racistas, misóginas e homofóbicas no ensino de Matemática como forma a colaborar com um projeto de decolonialidade e aniquilar políticas de morte.

Palavras-chave: Colonialidade; Necropolítica; Matemática.

Introdução

A placa de censura no meu rosto diz:

Não recomendado à sociedade

A tarja de conforto no meu corpo diz:

Não recomendado à sociedade

Perverso, mal-amado, menino malvado, muito cuidado!

Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado!

Caio Prado

Na pesquisa de mestrado ainda em andamento, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – PPGEducMat analiso vestígios do colonialismo e, com a colonialidade operante, como promulgam o racismo, sexismo, heterossexismo. Nesta pesquisa, diante o atual cenário histórico-político, alinho os olhares para o *Caderno Escola Sem Homofobia* e converso, por meio de entrevista semiestruturada, com quatro professores, professoras, professorxs de matemática da Educação Básica do estado Mato Grosso do Sul, ante ao seu posicionamento sobre o material. Além disso, a pesquisa, as teorizações do coletivo Modernidade/Colonialidade e a produção de dados possibilita discussões sobre o ensino de Matemática que me colocam a pensar em esferas múltiplas em que a colonialidade opera, tal como, discutir a partir do tema da pesquisa como a política gerencia o retrato das desigualdades.

Dada a possibilidade dessa discussão, uso meu loci enunciativo para além das teorizações do coletivo Modernidade/Colonialidade alçar a conceitualização de necropolítica de Achille Mbembi e algumas articulações de Berenice Bento. Exemplo do que esta discussão abordará, lembro-vos o caso da morte de Marielle Franco ao qual o questionamento “quem matou Marielle Franco?” leio que este quer evidenciar os motivos de sua morte, uma vez ser negra, feminista, lésbica e com representatividade política. Lembro também das mortes do músico Evaldo dos Santos alvo de 83 tiros e do catador de latinhas Luciano Macedo, e mais atual e próximo, o caso de Thallyta Rodrigues encontrada morta com um corte no pescoço em Campo Grande - MS, sendo sua morte prolongada com discussões em redes sociais e mídias de conversação, pois, os debates circundavam como “o travesti” morreu e não demonstravam o interesse em entender os motivos de sua morte. Diante disso, destaco que existem diversas formas de morte, seja, física, epistêmica ou simbólica estando propícia a ocorrer em qualquer cenário ou material que tenha intervenção da atividade humana. Não iremos refletir sobre os casos aqui mencionados especificamente, mas são casos que merecem análise singular.

A escola brasileira é marcada por pressupostos de um ensino ocidental e cristão, que se revela cotidianamente em práticas pedagógicas, em materiais didáticos, em discursos e atitudes mobilizadas por boa parte da comunidade escolar. Nesse contexto escolar e por que não universitário? A Matemática (e outras ciências) parece ter seu discurso guiado pelo ocidente, no qual, a ciência moderna coloca à margem epistemologias julgadas não-científicas, junto a elas busca apagar corpos e identidades dissidentes. Nesse sentido, interrogo: será que a escola hoje já decidiu quem pode viver e quem deve morrer?

XIII SESEMAT- Seminário Sul-Mato-Grossense de Pesquisa em Educação Matemática
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática
08 e 09 de agosto de 2019

O passado insiste em ser presente

*Quem me dera ao menos uma vez
Como a mais bela tribo
Dos mais belos índios
Não ser atacado por ser inocente
[...]
Nos deram espelhos e vimos um mundo doente
Tentei chorar e não consegui.*

Renato Russo

A violência na vida cotidiana de brasileiros é eminente aos olhos de quem não nega ver. O que quero dizer é que se eu e/ou você retirar os véus postos na história do projeto de construção da América Latina⁵² e do Brasil mostra-nos que a violência habita esta nação no mais terno dos anos 1492 com a invasão europeia. A partir desse ponto histórico e cruento dá-se o colonialismo que é a sobreposição da cultura e identidade do colonizador a do colonizado por meios políticos, militares, eucarísticos, dentre outros, com o intuito de explorar as riquezas e recursos do Novo Mundo.

De acordo com Lugones (2014) os colonizadores expressavam agressividade e depravação, usurparam sexualmente os corpos de nativxs e pessoas importadxs para o trabalho escravo.

O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se, um sujeito/agente apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. (LUGONES, 2014. p. 936).

Xs nativxs eram considerados não-humanos, bestializados, sodomitas. Além disso,

[...] os machos colonizados não humanos como julgados a partir da compreensão normativa do “homem”, o ser humano por excelência. Fêmeas eram julgadas do ponto de vista da compreensão normativa como “mulheres”, a inversão humana de homens. Desse ponto de vista, pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas. (MOTT, 1994, p. 4).

⁵² Uso o termo “projeto América Latina” porque até a nomenclatura desse território foi dada pelos colonizadores, pois xs nativxs a nomeavam de outra forma, como exemplo Abya Yala. Abya Yala na língua do povo Kuna significa “Terra madura”, “Terra Viva” ou “Terra em florescimento” e é sinônimo de América. O povo Kuna é originário do norte da Colômbia. Atualmente vivem na costa caribenha do Panamá, na comarca de Kuna Yala.” Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/abya-yala>.

Essa foi uma forma de apagamento da identidade do povo que habitava e habita a Abya Yala. A fim de deixar claro sobre as crueldades da cultura eurocêntrica, Mott nos conta que

Malgrados anátemas dos missionários e primeiros cronistas contra os índios praticantes do mau pecado, a despeito da perseguição desencadeada pelos conquistadores e autoridades contra tal crime - lembremo-nos do cruel genocídio praticado por Vasco Balboa, em 1513, o qual, no istmo do Panamá, encontrado numeroso séquito de **nativos homossexuais**, prendeu quarenta deles que **foram devorados por cães ferozes**, conforme narra Pietro Martire e retrata dramática gravura da época. (MOTT, 1994, p. 6, grifos do autor).

Cabe mencionar que práticas homoafetivas eram “socialmente aceitáveis antes das chegadas dos conquistadores” (MOTT, 1994, p. 4) sendo visto pelos senhores ditos dotados de razão nesta terra o direito de usurpar os corpos de mulheres e livres para realizar práticas que na Europa eram consideradas sodomitas. Neste período, a imposição dos colonizadores hipersexualizava nativxs até mesmo “feminilizando homens” como forma de humilhação e/ou sob a ameaça de estupro (LUGONES, 2008).

A filósofa argumenta que nesse processo de “missão civilizatória” operou sobre o “acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático” (LUGONES, 2008, p. 938), nisso incluía-se alimentar cachorros com pessoas vivas e fazendo algibeiras e chapéus das vaginas de mulheres indígenas. Além disso, usou da dicotomização hierárquica de gênero e a conversão ao cristianismo alinhando a sexualidade feminina como maligna, usando como argumento que mulheres indígenas e homens indígenas que apresentassem características femininas estariam possuídos por satanás.

As crueldades mencionadas aqui soam como atual, na verdade, são violências que sabem quem quer matar. De fato, apesar do fim do colonialismo seus efeitos vêm travestidos de colonialidade. A colonialidade é um projeto da modernidade regido por uma matriz colonial de poder que subalterniza, hierarquiza e naturaliza desigualdades sobre os modos de vida. Nesse sentido, Quijano (2005) indaga que o padrão de poder mundial tem o objetivo de concentrar sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura e da produção do conhecimento.

O processo de colonização gerou violências, como exemplo, o genocídio e o epistemicídio, feridas que custam curar. Esse projeto político, em prol do imperialismo gerou estruturas para que a soberania fosse instalada por mecanismos de controle. Para Achille

Mbembí (2016, p. 123) “exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder”. Nesse sentido, “a expressão máxima da soberania é a produção de normas gerais por um corpo (povo) composto por homens e mulheres livres e iguais” (MBEMBI, 2016, p. 124).

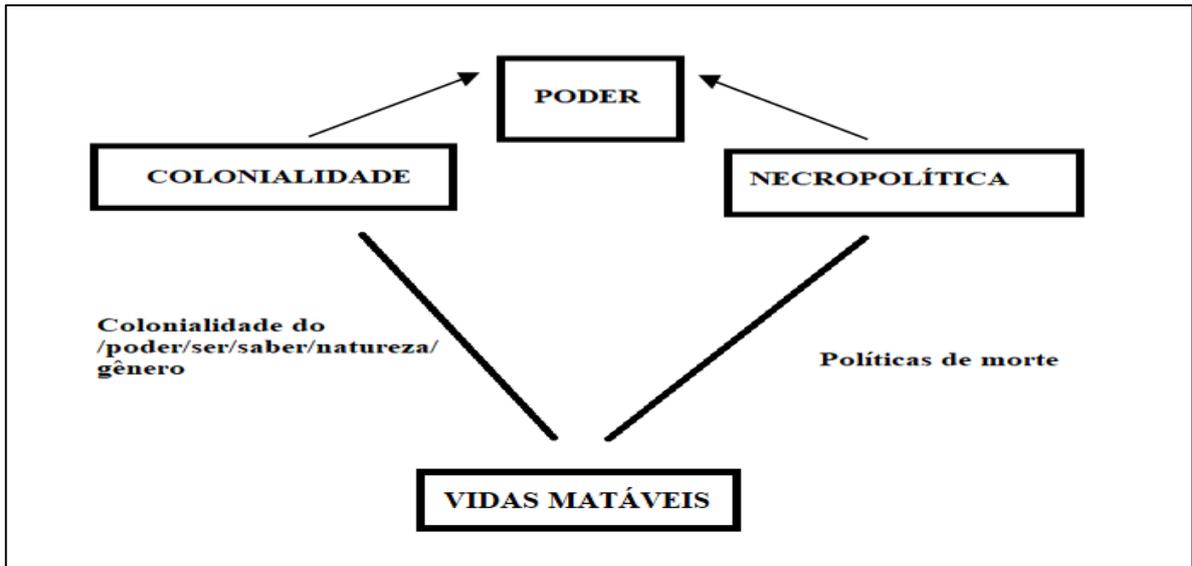
É o que vejo no atual governo, uma política que anuncia a morte em diversas esferas sociais subalternas justificada por um discurso de uma falsa moral, até mesmo, cristã em prol do bem social e econômico da nação, digo, da elite brasileira e estadunidense. Estou a falar da cristalização do poder por parte dos Estados colonizadores sobre os Estados colônias que direcionam seus discursos de ódio a interseccionalidades como classe social, gênero, raça, etnia, territorialidade e geração. Apesar de o Estado ter influência efetiva em políticas de morte ele não atem sozinho toda a responsabilidade, há singularidades, existe indivíduos que sentem o direito e o dever de matar.

Ao distanciar de Foucault⁵³ Bento (2018, p. 3) sugere que “na história brasileira do Estado, ‘dar a vida e dar a morte’ não podem ser pensados separadamente”, pois, é alimentada uma relação de dar vida a grupos que dever viver e a grupos que devem morrer, estabelecendo assim uma espécie de rivalidade imaginária (ou não).

Desse modo, vejo uma mudança estratégica no sistema moderno/colonial capitalista e como a necropolítica é eminentemente de lócus enunciativo da colônia instaura-se a aliança com colonialidade cujo objetivo é a obtenção e/ou reestruturação do poder. Busco trazer uma ilustração de como elas estão alçando de ferramentas em detrimento da soberania.

Imagem 1: Relação necropolítica e colonialidade.

⁵³ Referindo a biopoder, toma o Estado moderno como tendo fundamento de fazer viver e deixar morrer, os verbos induzem que o Estado não cria políticas de morte, o que não é verdade olhando para nosso lócus enunciativo.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A necropolítica utiliza das formas de colonialidades existentes, pois elas direcionam quem é humano e quem não é humano, cria-se uma prerrogativa de inferioridade dos não-humanos, apoiada nos pilares de concepções hegemônicas sobre gênero, raça, sexualidade, classe e territorialidade. Não-humanos são matáveis.

Primeiras impressões sobre a política de morte na educação.

O formato de educação instalada no Brasil de cunho eucarístico e amparada na moral eurocêntrica é política. Poderíamos questionar se a religião é política, mas não é algo que vou me ater neste artigo. Será que a escola algum dia tem deixado de realizar esse tipo de educação? Essa mesma que violentou indígenas, negrxs, assim como, as brutalidades com corpos humanos.

A naturalização de concepções hegemônicas coloca em pauta relações dicotômicas de gênero e racialização no que tange o cenário da Matemática. A Matemática carrega consigo o discurso da razão, que coloca o homem como dominante, a mulher como dominada, negrxs e indígenas como irracionais e corpos e identidades dissidentes como bestializados. Diante disso, é cabível problematizar práticas sobre o ensino de Matemática, tais como, o cenário em que essas práticas ocorrem.

Gênero, sexualidade, raça, etnia, classe social e a relação com a Matemática tem se tornado um questionamento rotineiro a mim. É trivial. Esse questionamento vem carregado de crenças e tabus de que pesquisas que relacionam a ciência Matemática deve estritamente estar ligadas a álgebra, geometria, aritmética, cálculo etc., não significa que esses assuntos não

possam surgir, mas estamos problematizando as relações humanas em aulas de Matemática e problemas que isso pode acarretar a toda comunidade escolar, e também, acadêmico-científica. O meu intuito, enquanto pesquisador e professor é colaborar para um ambiente de ensino e aprendizagem da Matemática que seja menos desigual.

Na produção de dados ficou evidente que não somente nas aulas de Matemática, mas também em todo o contexto escolar tem se perpetuado concepções heteronormativas e, a meu ver, a invisibilidade de pessoas negras. Isso coaduna com o diálogo feito no subtítulo anterior sobre as intenções para a obtenção de poder, ao qual, alia-se colonialidade e necropolítica.

A Matemática e práticas pedagógicas são armas que apontam e disparam contra identidades e corpos que não correspondem a normalidade euro-cristã. A colonialidade está fortemente operante a ponto de educadores, educadoras, educadorxs não perceberem e refletirem sobre seu próprio discurso e/ou prática. Saliento, que não é meu objetivo apontar umx culpadx e sim denunciar esse sistema que dilacera nossas epistemologias, nossos corpos, nossos desejos, nossa vida a ponto de anestesiá-lo o pensamento. Esse sistema moderno/colonial capitalista usa de todos os recursos para obter a soberania.

Em contraposição a Hegel, Mbembe traz em seus escritos sobre necropolítica a conceitualização de morte por George Bataille (1988) sendo ela estruturante da ideia de política, soberania e sujeito. Divide-se em três fatores, mas trago aqui neste texto somente o terceiro.

A sexualidade está completamente associada à violência e à dissolução dos limites de si e do corpo por meio de impulsos orgíacos e excrementais. Como tal, a sexualidade diz respeito a duas formas principais de impulsos humanos polarizados – excreção e apropriação – bem como o regime dos tabus em torno deles. (BATAILLE, 1985 apud MBEMBI, 2016, p. 126).

É evidenciado a relação entre morte, soberania e sexualidade, ao qual é nessa relação que a violência a esses corpos permeia, impõe limites aos corpos e dita um regime de tabus. As imposições são autorizadas por um discurso de militarização seja institucional ou não, uma barbárie autorizada. Bento (2018, p. 12) fomenta que a “expressão “atitude suspeita” tornou-se suficiente para que policiais prendam e matem. O que é uma atitude suspeita? Não é apenas “uma atitude”, mas um corpo, uma pele, uma região”.

Nessa linha de raciocínio, na escola, pessoas que se são autorizadas pela barbárie levantam atitudes suspeitas sobre a hipótese de corpos dissidentes, sendo estes alvos de violências físicas e verbais. Lendo Bento e Mbembi, percebo que essa forma de morte opera

pela política do medo, o medo de morrer, de ser agredidx, estupradx, assediadx. Estudantes evitam sair da sala ou interagir com colegas com medo de apanhar, pessoas que de alguma forma são estereotipadas como femininas e até mesmo homossexuais possuem medo de entrar em banheiros masculino porque corre o risco de ser violentado fisicamente ou sexualmente, o que não exime esse fato a banheiros femininos.

O Estado cria estruturas de medo para o alcance de seus objetivos. É triste dizer, para mim, no presente momento, faz todo o sentido a preocupação do Estado com a educação básica, com o ensino superior e as pesquisas de modo geral das ciências humanas. É aqui que o medo se instaura.

Inventam uma guerra racial, de classe, territorialidade, de gênero e sexualidade. Ora, até kit gay existe e ele pode fazer heterossexuais virar “viadinhos e sapatões”. Nesse sentido, a Matemática como símbolo lógico racional não se vê na responsabilidade de tratar destes assuntos em sala de aula. Para muitos educadores, educadoras e educadorxs, quando a intervenções sobre discursos patriarcais, sexistas, misóginos, racistas ou homofóbicos, não consideram ser parte componente da aula de Matemática.

Há enunciados de exercícios que perpetuam a colonialidade e conseqüentemente corrobora para a política de morte. A saber, enunciados que colocam a mulher sempre como doméstica e do lar, a ideia deturpada de casal que força a resposta heteronormativa, a Matemática é induzida para forçar respostas que correspondam a esses sentidos.

Apesar das narrativas de que as ciências exatas possuem neutralidade e objetivação, não é. É costumeiramente inflada a ideia de que a Matemática é sofisticada, criando, por exemplo, outras nomenclaturas para as Matemáticas andinas ou não hegemônicas. Seria a ideia de casal não hegemônica em um exercício de Matemática considerada outra Matemática?

Considerações

Pude inferir que os efeitos do colonialismo se mantêm cristalizados, a sua cria mais perversa, a colonialidade tem encontrado aliadas para o seu projeto colonial/moderno, a necropolítica. Com isso, como professor de matemática e pesquisador em Educação Matemática vejo a necessidade de desnaturalizar concepções hegemônicas e enfrentar o medo estruturado pelo Estado.

A busca incessante pelo poder tem criado políticas de morte. A Matemática como ciência moderna e a escola corroboram para esse sangue que jorra desde o colonialismo.

Destaco que não é atribuir toda a responsabilidade ao ensino de Matemática e à educação, é de antemão, questionar e ressignificar o projeto de sociedade e, contribuir para o projeto decolonialidade.

Agradecimentos

À CAPES que contribui para a redação, financiamento e desenvolvimento da pesquisa e deste artigo.

Referências

BATAILLE, Georges. **Visões do excesso**: Escritos selecionados 1927-1939. Manchester University Press, 1985.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, n. 9, p. 73-101, 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MBEMBI, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. *Arte & Ensaios*. **Revista do ppgav/eba/ufrrj**, n. 32, 2016.

MOTT, Luiz. **Etno-história da homossexualidade na América Latina**. 1994. Comunicação apresentada no “Seminário-Taller de História de las Mentalidades y los Imaginarios”, realizado na Pontificia Universidad Javerina de Bogotá, Colômbia, Departamento de História e Geografia. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/viewFile/12016/7631>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. En H. Bonilla (Comp.), **Los conquistados**. 1492 y la población indígena de las Américas. Quito: Libri Mundi, Tercer Mundo Editores. 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo et al. (Ed.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. CLACSO, 2005.